



Moção

Por um verdadeiro processo de Paz para o conflito israelo-palestiniano

Na sequência da política de agressão e limpeza étnica prosseguida por Israel sobre o povo palestino ao longo de décadas, o Governo israelita tem vindo a anunciar a anexação formal de cerca de 30% dos territórios ocupados da Palestina, plano aparentemente suspenso até o momento.

O anúncio dos “acordos” entre Israel e o Bahrain e os Emirados Árabes Unidos promovidos por Trump e pelo Governo dos Estados Unidos da América, nada mais anunciam que o prosseguir da ingerência dos EUA na região e a sua cobertura e cumplicidade com política agressiva de Israel.

O povo da Palestina definha perante a cumplicidade ou apatia da generalidade da «comunidade internacional» que se limita a confirmar — sem daí retirar as necessárias ilações — a ilegalidade do crescente número de colonatos e da anexação de territórios, em clara violação do Direito Internacional, e o reiterado incumprimento das Resoluções da ONU e dos Direitos Humanos, com milhares de mortos, feridos, desalojados e presos políticos — entre os quais, crianças e jovens, sem direito a julgamento justo.

A ideia de que é possível expulsar pela violência um povo e ocupar o seu território, incluindo a sua capital histórica, procurando ao mesmo tempo destruir a sua cultura e obliterar a sua história, sem que o resto do mundo tome posição em sua defesa e sem que haja lugar a sanções, assume contornos medievais, que não se coadunam com uma visão holística de Paz e boa vontade entre os povos, incontornável no século XXI.

Na sequência do anteriormente exposto, a Assembleia Municipal de Cuba manifesta o seu repúdio pela intenção de anexação formal da Cisjordânia por Israel, ato ilegal que só poderá conduzir a nova escalada de violência na região, e pelos Acordos de “Paz” patrocinados por Donald Trump que, além de esquecerem o Povo Palestino, nada resolvem quanto às atrocidades cometidas por Israel em relação àquele.

Reunida no dia 25 de setembro de 2020, a Assembleia Municipal de Cuba delibera:

- Instar o Governo Português a reconhecer o Estado da Palestina nos territórios ocupados por Israel em 1967, com Jerusalém Leste como capital, conforme recomendação aprovada pela Assembleia da República; a reavaliar todo o quadro de relacionamento com o Estado de Israel caso o Governo deste país, em violação do direito internacional, persista em concretizar o anunciado projeto de anexação de jure de território Palestino; e a utilizar todos os instrumentos políticos e diplomáticos ao seu alcance, nomeadamente nas Nações Unidas, no sentido da promoção da Paz e da defesa intransigente dos direitos do povo palestino.
- Reiterar a sua solidariedade para com o povo palestino;
- Manifestar a sua total discordância face à intenção de anexação da Cisjordânia pelo Governo de Israel;
- Exigir, uma vez mais, o cumprimento das Resoluções das Nações Unidas e o fim da ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel.

A Assembleia Municipal de Cuba